



Índice

- 01** Policial militar é atingido por flecha no pé durante protesto na Câmara
- 02** Índios fazem manifestação em frente ao Planalto e tentam invadir Câmara
- 03** Índios Guajajara interditam BR-316 para protestar contra PEC 215
- 04** Protestos de índios impedem discussão e votação
- 05** Índios Xavantes fecham rodovia na Barra em protesto contra PEC 215
- 06** ÍNDIOS DA TRIBO PANKARÁ AVALIAM AÇÕES DO P1+2
- 07** C. FED. – Votação de parecer sobre terras indígenas é adiada; índios protestam na Câmara
- 08** Após protesto, índios são presos por tentativa de homicídio
- 09** Quatro indígenas são detidos após protesto no Congresso Nacional
- 10** Unir divulga edital para indígenas em educação intercultural , em RO
- 11** Polícia para ônibus com lideranças indígenas e detém mais dois
- 12** Enfermeira que atuava em aldeias indígenas receberá indenização por condições precárias de trabalho
- 13** Ruralistas tentam votar projeto contra indígenas ainda este ano
- 14** Prefeitura de Dourados pode ser denunciada à Unesco por discriminação a alunos indígenas
- 15** Retirado da pauta de comissão relatório sobre demarcação de terras indígenas



-
- 16** [Em solidariedade aos indígenas, Sem Terra bloquearam BR no MS](#)
 - 17** [Indígenas: Conquistas estão em risco, alerta Capi](#)
 - 18** [Governador entrega equipamentos para produtores rurais e indígenas](#)
 - 19** [Ministério Público divulga carta aberta em defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais](#)
 - 20** [Lava Jato: doleiro é suspeito de extrair ilegalmente diamantes em terras indígenas](#)
 - 21** [Polícia para ônibus com lideranças indígenas e detém mais dois](#)
 - 22** [Indígenas liberam BR-316 em Bom Jardim no Maranhão](#)
 - 23** [MST/MS entrega carta à presidenta Dilma Rousseff sobre a situação indígena no MS](#)
 - 24** [Movimento indígena pede à FUNAI providências para apuração de morte de liderança Kadiwéu](#)
 - 25** [Protestos de índios impedem discussão e votação da PEC 215](#)
 - 26** [Nota de repúdio das Mulheres Indígenas do Sul da Bahia contra a PEC/ 215](#)
 - 27** [Denúncia contra a supressão de direitos e as tentativas de acabar com os povos indígenas do Brasil](#)
 - 28** ["MANIFESTO AOS QUILOMBOLAS E AOS POVOS, NEGRO E ORIGINÁRIO"](#)
 - 29** [Helicóptero resgata mãe e filho em aldeia indígena](#)

Policial militar é atingido por flecha no pé durante protesto na Câmara
SÍTIO GLOBO.COM, 16.12.2014

*Artefato foi disparado por índios que tentaram invadir prédio do Legislativo.
Seguranças usaram spray de pimenta para conter grupo; PM passa bem.*



Flecha atinge coturno de policial militar do DF que estava no Anexo 2 da Câmara dos Deputados
(Foto: Polícia Militar/Divulgação)

Armado com arco e flecha e pedaços de madeiras, um grupo de índios tentou invadir nesta terça-feira (16) o Anexo 2 da Câmara dos Deputados. Os indígenas foram impedidos de ingressar no prédio do Legislativo pela Polícia Militar e por seguranças da Casa com o uso de spray de pimenta.

No tumulto, um policial militar foi atingido em um dos pés por uma flecha disparada pelos indígenas. De acordo a corporação, o artefato não chegou a atravessar o pé do policial, mas ele machucou um dedo. Após a confusão, o PM foi atendido no serviço médico da Câmara e liberado.

Os indígenas protestam contra relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre projetos de demarcação de terras indígenas. A votação do texto, que flexibiliza dispositivos da Constituição sobre demarcação, está prevista para ocorrer nesta terça na Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional.

Os índios também protestam contra a PEC 2015, que tramita em uma comissão especial da Câmara, e passa do Executivo para o Legislativo o poder de demarcar terras. Não há data marcada para a votação do texto.

De acordo com Sonia Guajajara, coordenadora da articulação dos povos indígenas do Brasil, os índios não foram consultados sobre a PEC.

Os indígenas começaram a se concentrar em uma das portarias do Senado, mas depois tentaram forçar entrada no Anexo 2 da Câmara. Eles tentaram agredir os policiais, que formaram um "bloqueio humano", com as flechas e pedaços de pau.

O policiamento precisou ser reforçado, e os homens utilizaram o spray. Por volta das 12h35, os indígenas permaneciam em frente à porta de vidro que dá acesso à Câmara. Com chocalhos, eles alternam gritos de guerra.

CONT.

Socorristas foram chamados para atender pessoas que pudessem ter sido atingidas por flechas ou pelo spray de pimenta.

Parte dos indígenas que participam do protesto fez um ritual de luta diante do cordão de policiais militares. Segundo o índio Aruanã Pataxó, os índios fazem esse ritual quando estão em luta por alguma causa. Hoje, ressaltou Pataxó, a batalha é contra a PEC 215.

Caso semelhante

Um cabo da Polícia Militar também foi atingido por uma flecha durante protesto contra a Copa do Mundo, em maio deste ano. Kleber Ferreira, de 40 anos, classificou na época a situação como "só um susto". Ele sofreu um corte de dois centímetros perto da virilha, foi atendido pelo Samu no local e depois fez um curativo em um hospital particular.

A manifestação aconteceu na área central de Brasília e reuniu cerca de 2,5 mil pessoas. O cabo fazia parte da equipe da cavalaria que acompanhava o primeiro dia do Tour da Taça da Copa do Mundo em Brasília.



Índios de várias tribos discutem com policiais que bloqueiam a entrada da Câmara dos Deputados, em Brasília
(Foto: Eraldo Peres/AP)

Índios fazem manifestação em frente ao Planalto e tentam invadir Câmara SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 16.12.2014

A manifestação é contra a votação da PEC que transfere a prerrogativa de homologar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e territórios quilombolas para o Poder Legislativo



Policiais e indígenas se confrontaram após tentativa de invasão do anexo dois

Em protesto na Praça dos Três Poderes, voltados para o Palácio do Planalto, um grupo de aproximadamente 60 manifestantes indígenas tentou invadir o Anexo II da Câmara dos Deputados, ao lado do restaurante e do anexo do Supremo Tribunal Federal (STF). O conflito ocorreu por volta das 12h15 desta terça-feira (16/12). Policiais militares, que acompanham desde o início o protesto, chegaram a usar bombas de gás lacrimogêneo para conter os índios. O protesto deixa o trânsito lento no Eixo Monumental.

Segundo a PM, o capitão Gondim, que comanda o policiamento do anexo, levou uma flechada no pé. O objeto atravessou a bota dele. Outros dois foram atingidos por pedradas. O clima continua tenso no local. Além dos policiais, reforçados com equipamento de segurança, como coletes à prova de bala e capacetes, a Polícia Legislativa da Câmara e brigadistas também reforçam a segurança no local. Todas as entradas da Casa estão todas bloqueadas no momento, com acesso permitido apenas a parlamentares e servidores.

A manifestação é contra a votação de proposta de emenda à Constituição (PEC) 215. O texto, que transfere a prerrogativa de homologar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e territórios quilombolas para o Poder Legislativo, pode ser aprovada ainda hoje pela Comissão Especial da PEC 215. Nas últimas semanas, os índios organizam uma série de manifestações contra este texto e também contra a indicação da senadora Kátia Abreu ao Ministério da Agricultura.

Os indígenas afirmam que a PEC é um genocídio às comunidades. "Ela altera todos os nossos direitos da Constituição Federal de 1988. Nós não aceitamos, não é bom pra gente", disse Anailton Pataxó, liderança indígena da Bahia. "Como é que seria bom para a gente e eles colocam tanta polícia para nós não participarmos? Se fosse bom, não nos impediriam de participar", reclamou.

O presidente da Comissão, deputado Afonso Florence (PT-BA), cancelou a reunião prevista para hoje. Entretanto, os deputados da bancada ruralista que fazem parte da comissão conseguiram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225/ 2014

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

reunir assinaturas de um terço dos integrantes para convocar e instalar a sessão hoje. O objetivo deles é conseguir fazer hoje a leitura do relatório do projeto, elaborado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

A PEC que transfere a palavra final da demarcação de terras indígenas do Executivo, por meio da Funai, para o Congresso, é visto como retrocesso pelos de indígenas e apoiadores. No último 27 de maio, um grupo de manifestantes de diversas etnias protestou no Eixo Monumental, próximo do Estádio Nacional Mané Garrincha, ocasião em que um policial militar acabou ferido por uma flechada.



Com tensão, Polícia Militar, Polícia Legislativa da Câmara e brigadistas acompanham o protesto



Indígenas afirmam que a PEC é um genocídio às comunidades

Com informações de André Violatti e da Agência Brasil

Índios Guajajara interditam BR-316 para protestar contra PEC 215

SÍTIO AMAZÔNIA, 16.12.2014

O projeto transfere o poder de demarcação de terras indígenas ao Legislativo que, atualmente, é de competência do Executivo.



Foto: Cleiton Rodrigues/ TV Mirante Santa Inês

Índios da etnia Guajajara realizam protesto no quilômetro 418 da BR-316, próximo à cidade de Bom Jardim, para protestar contra a votação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere ao Legislativo o poder de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Os Guajararas bloquearam o tráfego na rodovia federal como forma de exigir a manutenção dos direitos do poder executivo em conceder demarcações indígenas.

De acordo com informações do patrulheiro Mahatma, da Polícia Rodoviária Federal do Maranhão (PRF-MA), os indígenas iniciaram o protesto às 10h e "não pretendem liberar o trânsito até que saibam o resultado da votação, realizada no Congresso Nacional, em Brasília (DF)".

Mahatma informou, também, que equipes do posto da PRF de Santa Inês deslocaram-se até a localidade para dialogar com os indígenas.

A equipe do imirante.com tentou entrar em contato com a Assessoria de Comunicação da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas ainda não obteve resposta.

Fonte: O Imirante.com



Protestos de índios impedem discussão e votação

SÍTIO O IMPARCIAL, 16.12.2014

A reunião da comissão especial criada para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que estabelece que o Congresso Nacional deverá decidir sobre a demarcação de terras indígenas, prevista para hoje (16), foi cancelada. Por enquanto, não há nova reunião marcada para votação do relatório sobre a PEC.

A reunião de hoje foi cancelada ontem (15), quando os membros da comissão tentaram discutir o relatório favorável à PEC, mas foram impedidos por manifestações de índios que são contra a aprovação da proposta. Hoje, os índios voltaram ao Congresso e entraram em conflito com a Polícia Militar ao tentarem entrar na Câmara. Quatro policiais ficaram feridos e foi necessária a utilização de gás de pimenta para dispersar a manifestação.

A PEC 215 estabelece, entre outras coisas, que passará ao Congresso Nacional, e não mais ao Executivo, a decisão sobre demarcação de novas terras indígenas. Assim, caberia aos órgãos responsáveis do Poder Executivo, como a Funai, elaborar estudos prévios sobre as demarcações. Entretanto, o debate sobre elas e a votação ocorreriam no Congresso Nacional.

Grupos ligados aos direitos indígenas avaliam que isso impediria novas demarcações, porque elas geralmente estão ligadas a conflitos agrários e interesses de produtores rurais defendidos pela bancada ruralista do Congresso.

Hoje, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), admitiu que, se não for possível chegar a um acordo sobre a votação da PEC, ela poderá ficar para a próxima legislatura, a partir de fevereiro de 2015. Ele também lamentou o que considerou um "radicalismo" entre os envolvidos na questão.



Índios Xavantes fecham rodovia na Barra em protesto contra PEC 215

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 16.12.2014

A população de Barra sem entender o que está acontecendo enfrenta um congestionamento enorme na cidade.

Lideranças da etnia xavante fecharam na tarde de terça-feira, 16/12, a rodovia Br 070 no perímetro urbano da avenida Ministro João Alberto. O protesto está acontecendo contra Proposta Emenda Constitucional (PEC) 215 que prevê a remarcação de terras indígenas.

Os índios fecharam a avenida em frente a praça do Garimpeiros, coração de Barra do Garças. Segundo a liderança Edmundo Xavante, esse protesto acontece simultaneamente em vários lugares do Brasil porque o povo indígena brasileiro será prejudicado caso a PEC seja aprovada.

Eles fecharam a avenida impedindo a passagem de carros e caminhões provocando um congestionamento enorme. A manifestação será realizada por 1 hora tempo suficiente para esgotar a paciência de motoristas e provocar xingamentos.

Vale lembrar que a PEC 215 foi proposta pelo falecido deputado federal Homero Pereira. E coloca em cheque os ruralistas e indígenas.

Os índios querem a retirada desta PEC da pauta do Congresso Nacional. A população de Barra sem entender o que está acontecendo enfrenta um congestionamento enorme na cidade.

Toda vez que a avenida Ministro João Alberto é fechada causa um colapso na cidade mesmo porque ela faz parte da rodovia Br 070 que liga Mato Grosso e Goiás.

ÍNDIOS DA TRIBO PANKARÁ AVALIAM AÇÕES DO P1+2

SÍTIO BLOG DO PEDROSA 16.12.2014



Com objetivo de refletir acerca das ações do programa Uma Terra e Duas Águas(P1+2), da Articulação Semiárido Brasileiro(ASA Brasil), o Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), realizou na última sexta-feira(12), o Encontro de Avaliação Municipal Comunitário 2014, na Aldeia Mungú, da tribo Pankará, no município de Carnaubeira da Penha(PE).

Cerca de 50 famílias das aldeias Poço do Mato, Queimadas, Massapé, Mingú, Brejinho e das comunidades Milagre e Isidoro, representantes das comissões executivas municipais, instrutores de capacitações e pedreiros passaram à tarde dialogando sobre o papel da Instituição e o que é o P1+2.

Além disso, discutiram sobre as etapas do projeto, escolhas das comunidades, capacitações dos cursos de Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA) e Sistema Simplificado Para Manejo de Água(SISMA), intercâmbios, construções e implementações das tecnologias de convivência com o semiárido.

Para o articulador de campo, Luciano Cândido, o bate papo foi extremamente importante para o seguimento das atividades do programa executadas pela equipe técnica do Cecor. "Um dos pontos que me chamou a atenção foi à necessidade da assessoria técnica. Apontado pela maioria, isso nos mostrou o quanto as famílias estão preocupadas com o processo de continuidade após as implementações das cisternas nas comunidades. No geral, o encontro foi produtivo e rico de conhecimentos", resumiu Luciano.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225/ 2014

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

O Cecor, por meio do programa financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), irá executar 303 tecnologias de convivência com o semiárido nos municípios de Carnaubeira da Penha, Parnamirim e Custódia. Em Carnaubeira da Penha serão construídas 50 cisternas calçadão, 39 cisternas de enxurrada, 10 barreiros trincheira e 02 barragens subterrâneas. Até o momento 67 famílias do município já foram contempladas.

A agricultora Terezinha Adelina dos Anjos, da Aldeia Mingú, disse que estava muito feliz com a chegada da cisterna-calçadão. " Com a paz do senhor Jesus Cristo eu só tenho que agradecer a todos por esse milagre. Estou satisfeita com minha cisterna cheia de água da chuva. Só temos o que comemorar. Esse ano o natal vai ser mais feliz!", declarou Dona Terezinha.

O Programa - O P1+2 tem o objetivo de construir um projeto alternativo de manejo sustentável de recursos hídricos, assegurando às famílias do semiárido brasileiro uma terra para trabalhar e viver de maneira sustentável com dois tipos de água: uma para o consumo humano e outra para produção de alimentos (de origem animal e vegetal).

A metodologia do programa tem como princípio fundamental o reconhecimento das experiências acumuladas pelos(as) agricultores(as), que ao longo dos anos se mostraram como estratégias eficientes de convivência com as adversidades da região. Por esse motivo, além das implementações (cisternas-calçadão, barreiros-trincheira, cisternas-enxurrada, barragens-subterrâneas, barraginhas, tanques de pedra e bombas populares), o P1+2 investe na mobilização das famílias que serão beneficiadas, na realização de intercâmbios de experiências e na capacitação de equipes, pedreiros e agricultores, além de promover o fortalecimento das instituições envolvidas na execução do programa e a elaboração de boletins de experiências de vida e de produção de famílias.

Kátia Gonçalves



C. FED. – Votação de parecer sobre terras indígenas é adiada; índios protestam na Câmara

SÍTIO ICNEWS, 16.12.2014

O presidente da Comissão Mista da Consolidação da Legislação Federal, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), retirou da pauta da reunião desta tarde o relatório sobre demarcação de terras indígenas.

A Constituição reconhece o direito dos povos indígenas à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupavam à data de sua promulgação (artigo 231). Entretanto, em algumas demarcações promovidas pelo governo, constatou-se que as áreas originalmente consideradas como indígenas foram subestimadas, havendo necessidade de aumentá-las. Muitas vezes, no entanto, o entorno dessas áreas já está ocupado por proprietários ou posseiros o que tem gerado muitos conflitos.

O relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre o assunto permite ao Poder Público indenizar não apenas as benfeitorias, mas também as áreas correspondentes às expansões de terras indígenas.

Protesto

No início desta tarde, um grupo de índios tentou invadir o anexo 2 da Câmara. Houve confusão e a polícia usou gás de pimenta. Quatro policiais foram feridos e encaminhados ao serviço médico da Casa.

Os índios protestam contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/00) que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil. A votação dessa proposta, inicialmente marcada para esta tarde, foi adiada ontem.

Diante do conflito de hoje, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, disse que o Congresso tem que chegar a um acordo sobre o tema, porque não pode admitir radicalismo.



Após protesto, índios são presos por tentativa de homicídio

SÍTIO GALERA ROX, 16.12.2014

Um ônibus com indígenas que participaram de ato no Congresso Nacional foi parado pela Polícia Militar (PM), na noite de terça-feira, na BR-040, nas proximidades do posto da Polícia Rodoviária Federal, em Santa Maria, no Distrito Federal.

Segundo a assessoria do Instituto Socioambiental (Isa), que acompanhava os indígenas, cerca de 50 policiais militares pararam o ônibus e outros carros que trafegavam pela via. O advogado do Isa, Maurício Guetta, conta que todos os índios tiveram que descer e foram revistados. Em seguida, segundo Guetta, os policiais prenderam dois indígenas alegando flagrante por tentativa de homicídio.

A Agência Brasil procurou falar com o comandante da operação, mas não conseguiu contato até a publicação desta matéria. A PM confirmou a operação e disse que "dois suspeitos" foram levados para a 5ª Delegacia de Polícia, em Brasília.

Sobre o processo contra os índios, a assessoria da PM informou que ele foi aberto devido ao fato de dois policiais terem sido feridos no confronto que ocorreu mais cedo: um com uma flechada e outro com uma batida na cabeça. Ambos passam bem. Já os indígenas relatam violências tanto no Congresso, onde foram recebidos com spray de pimenta, quanto durante as detenções.

Além dos dois índios detidos na operação, quatro foram presos mais cedo. Um deles foi liberado há pouco, após prestar depoimento. Segundo a assessoria do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que acompanha o caso, o índio guarani foi liberado porque não estava armado. Os demais continuam detidos.

O advogado do ISA critica a operação da PM. "A bancada ruralista já estava sabendo que haveria manifestações hoje e armou todo um cenário para que a votação não ocorresse, mas que houvesse tumulto na frente da Câmara, inclusive impedindo a entrada dos indígenas, que são parte interessada, por serem afetados pela PEC", segundo Guetta.

Fonte: Terra



Quatro indígenas são detidos após protesto no Congresso Nacional

SÍTIO PORTAL AZ, 16.12.2014

Quatro indígenas foram detidos, na tarde de hoje (16), horas depois de protestarem em uma das entradas do Congresso Nacional. Eles estão no Departamento de Polícia Especializada (DPE), em Brasília. A informação foi confirmada pela procuradora da Fundação Nacional do Índio (Funai), Fátima Sibelli, que está na DPE.

“Nós estamos acompanhando a situação. Já tivemos acesso a eles, mas ainda não tivemos a oportunidade de conversar de forma mais prolongada com o delegado”, explicou Fátima. A procuradora afirmou que os indígenas ainda não foram ouvidos pela autoridade policial.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), os índios estavam se dirigindo ao Ministério da Justiça quando foram detidos. O secretário executivo do Cimi, Cléber Buzatto, informou que a assessoria jurídica da entidade conversou com os índios na delegacia e que eles relataram ameaças e violência no momento em que foram detidos pela Polícia Militar.

De acordo com Buzatto, os índios são acusados de ferir policiais e seguranças hoje, quando protestavam contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para o Congresso Nacional o papel de demarcar os territórios indígenas.

Pela manhã, a entrada deles no Parlamento foi impedida por policiais militares, o que acabou gerando confronto. Os policiais usaram spray de pimenta e, segundo a Polícia Legislativa, um dos índios lançou uma flecha que atingiu o pé de um servidor do Ministério Público.

A Agência Brasil procurou representantes da Delegacia de Polícia Especializada, mas ninguém está se manifestando sobre o assunto. A entrada da imprensa na DPE também não foi permitida.

Fonte: Agência Brasil



Boletim de Notícias - Edição nº 225/ 2014

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

Unir divulga edital para indígenas em educação intercultural , em RO
SÍTIO GLOBO.COM, 16.12.2014

*Inscrições estão abertas de 22 de dezembro a 19 de janeiro de 2015.
Serão ofertadas 60 vagas; processo seletivo terá uma única fase.*

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) lançou edital, nesta terça-feira (16), para indígenas que queiram cursar licenciatura em Educação Básica Intercultural. O processo seletivo destina-se a indígenas que concluíram o Projeto de Formação em Magistério Indígena ou outra modalidade do ensino médio. Serão ofertadas 60 vagas.

As inscrições estarão abertas de 22 de dezembro a 19 de janeiro de 2015 e serão efetuadas via internet, no site da universidade; no Campus de Ji-Paraná das 14h às 18h, ou nas Comissões Locais (Anexo IV do edital) dos municípios onde serão realizadas as provas. A Unir ressalta que é necessário observar os horários de atendimento de cada local.

O processo seletivo terá uma única fase, de caráter classificatório. As provas serão aplicadas nos municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Alta Floresta do Oeste, Porto Velho, Guajará-Mirim e Seringueiras, no dia 8 de fevereiro de 2015.



Boletim de Notícias - Edição nº 225/ 2014

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

Polícia para ônibus com lideranças indígenas e detém mais dois

SÍTIO CEBC, 16.12.2014

Helena Martins - Agência Brasil 16.12.2014 - 23h15

Um ônibus com indígenas que participaram de ato no Congresso Nacional foi parado pela Polícia Militar (PM), na noite de hoje (16), na BR-040, nas proximidades do posto da Polícia Rodoviária Federal, em Santa Maria, no Distrito Federal.

Segundo a assessoria do Instituto Socioambiental (Isa), que acompanhava os indígenas, cerca de 50 policiais militares pararam o ônibus e outros carros que trafegavam pela via. O advogado do Isa, Maurício Guetta, conta que todos os índios tiveram que descer e foram revistados. Em seguida, segundo Guetta, os policiais prenderam dois indígenas alegando flagrante por tentativa de homicídio.

A Agência Brasil procurou falar com o comandante da operação, mas não conseguiu contato até a publicação desta matéria. A PM confirmou a operação e disse que "dois suspeitos" foram levados para a 5ª Delegacia de Polícia, em Brasília.

Sobre o processo contra os índios, a assessoria da PM informou que ele foi aberto devido ao fato de dois policiais terem sido feridos no confronto que ocorreu mais cedo: um com uma flechada e outro com uma batida na cabeça. Ambos passam bem. Já os indígenas relatam violências tanto no Congresso, onde foram recebidos com spray de pimenta, quanto durante as detenções.

Além dos dois índios detidos na operação, quatro foram presos mais cedo. Um deles foi liberado há pouco, após prestar depoimento. Segundo a assessoria do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que acompanha o caso, o índio guarani foi liberado porque não estava armado. Os demais continuam detidos.

O advogado do ISA critica a operação da PM. "A bancada ruralista já estava sabendo que haveria manifestações hoje e armou todo um cenário para que a votação não ocorresse, mas que houvesse tumulto na frente da Câmara, inclusive impedindo a entrada dos indígenas, que são parte interessada, por serem afetados pela PEC", segundo Guetta.

Editor: Stênio Ribeiro



Enfermeira que atuava em aldeias indígenas receberá indenização por condições precárias de trabalho

SÍTIO TST, 16.12.2014

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que condenou a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) a indenizar uma enfermeira por ter trabalhado em péssimas condições em aldeias indígenas do Pará. Ela alegou que os acampamentos eram inadequados, sem observância das regras de higiene e segurança, água potável ou materiais básicos de trabalho, como máscaras e luvas, o que a expunha a doenças.

A enfermeira começou a trabalhar nas aldeias em março de 2012, segundo ela em alojamentos sem o mínimo de conforto e higiene, extremamente quentes, nos quais faltava energia elétrica quase todos os dias. Ainda segundo ela, o transporte até o local era feito em veículos em condições precárias, com risco de morte nas viagens. Por conta dessas situações, requereu a rescisão indireta do contrato por culpa da empregadora e indenização por danos morais, além de outras verbas trabalhistas.

A SPDM afirmou que a enfermeira, ao sair de férias, não retornou às atividades, abandonando o emprego. Negou que tenha cometido falta grave que justificasse a rescisão indireta (artigo 483 da CLT) e sustentou que, no processo seletivo para contratação dos profissionais de saúde, divulgou que os candidatos deveriam ter disponibilidade para trabalhar nas aldeias.

A 2ª Vara do Trabalho de Marabá (PA) julgou procedente, em parte, os pedidos da enfermeira porque as fotos juntadas por ela evidenciaram as péssimas condições de trabalho. Assim, reconheceu o pedido de rescisão indireta do contrato e a indenização por danos morais de R\$ 16 mil. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA) aumentou a indenização para R\$ 100 mil levando em conta a gravidade da conduta da associação.

Ao examinar o recurso da entidade filantrópica, a Sétima Turma ajustou a indenização a título de danos morais e restabeleceu o valor arbitrado na sentença por considerá-lo mais adequado, nos termos do artigo 944 do Código Civil, que estabelece que a indenização se mede pela extensão do dano. Para o relator, ministro Vieira de Mello Filho, o valor de R\$ 100 mil foi excessivo, "devendo ser considerado o tempo de duração do contrato de trabalho, cerca de um ano e seis meses, bem como o fato de o trabalho realizado em aldeias indígenas ter de observar a necessidade de preservação da cultura e dos costumes locais, tais como o uso de métodos próprios para as primeiras tentativas de cura de doenças e a manutenção do ambiente rústico e natural". A decisão foi unânime.

(Fernanda Loureiro/CF)

Processo: RR-1419-94.2013.5.08.0117

Ruralistas tentam votar projeto contra indígenas ainda este ano

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 16.12.2014

Dezenas de indígenas foram impedidos, pela Polícia Legislativa, de entrar na Câmara dos Deputados para acompanhar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 na comissão especial que avalia a proposta de transferir para o Congresso a prerrogativa de demarcação das terras indígenas. Houve tumulto e os policiais fecharam todas as entradas da Casa e barraram os manifestantes com gás de pimenta.



Para os indígenas, se o projeto for aprovado, haverá paralisação definitiva da formalização dessas áreas.

A comissão especial que debate a PEC tem reunião marcada para esta terça-feira (16), às 14h, em local a ser definido. Após nova manobra da bancada ruralista, pedido de reunião extraordinária da Comissão Especial da PEC 215 foi deferido pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), e deve acontecer ainda hoje.

Além de impor uma série de restrições aos direitos dos povos indígenas previstos na Constituição, o projeto transfere do governo federal para o Congresso a prerrogativa de aprovar a oficialização de Terras Indígenas,

Unidades de Conservação e territórios quilombolas. Na prática, se aprovado, vai significar a paralisação definitiva da formalização dessas áreas.

A todo custo

Caso o novo relatório da PEC não seja votado até o fim da legislatura, ele será arquivado. Por isso, nas semanas finais dos trabalhos legislativos, a bancada ruralista, com o deputado tucano Nilson Leitão (PSDB-MT) à frente, tenta a todo custo acelerar a tramitação da matéria que ameaça os direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição de 1988.

Nas últimas duas semanas os ruralistas vêm tentando realizar a votação da PEC na comissão especial que analisa a matéria, mesmo à revelia do presidente do colegiado, deputado Afonso Florence (PT-BA). A proposta dos representantes do agronegócio visa retirar do Executivo e atribuir ao Congresso Nacional a competência de demarcação de terras indígenas e quilombolas. Para os ruralistas, os territórios das populações tradicionais são um obstáculo à expansão da fronteira agrícola.



Boletim de Notícias - Edição nº 225/ 2014

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

CONT.

A tensão entre os parlamentares a favor e contrários à PEC 215 ficou bastante acirrada na semana passada, quando indígenas foram proibidos de acompanhar a reunião da comissão especial, convocada através de uma manobra de Nilson Leitão, que recolheu assinaturas de 1/3 dos membros do órgão, atropelando o presidente Afonso Florence.

Por mais de duas horas, parlamentares do PT, PV, PSB, PCdoB e PSOL conseguiram obstruir, por meio de questões de ordem e outros dispositivos regimentais, a votação do parecer do relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) e, ao final, a votação foi adiada para esta semana.

Da Redação em Brasília
Com agências



Retirado da pauta de comissão relatório sobre demarcação de terras indígenas
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 16.12.2014

O deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), presidente da Comissão Mista da Consolidação da Legislação Federal, retirou da pauta da reunião desta terça-feira (16) o relatório sobre minuta de projeto para a regulamentação do parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, que trata da demarcação de terras indígenas.

Por esse artigo, ficou reconhecido o direito dos povos indígenas à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupavam à data de sua promulgação. Entretanto, em algumas demarcações promovidas pelo governo, constatou-se que as áreas originalmente consideradas como indígenas foram subestimadas, havendo necessidade de aumentá-las. Nas situações em que o entorno já está ocupado por proprietários ou posseiros, muitos de boa fé e detentores de títulos legítimos, até mesmo já seculares, os conflitos de terra têm proliferado, e o arcabouço legal não permite soluções de consenso, nem por intervenção estatal pela via da desapropriação.

A sugestão de projeto apresentada por Jucá possibilita ao Poder Público indenizar, segundo a disciplina legal das desapropriações, não apenas as benfeitorias, mas também as áreas correspondentes às expansões de terras indígenas.

Serviço público

Continua na pauta o outro relatório de Jucá sobre minuta de projeto apresentada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que trata da defesa do usuário de serviços públicos. O texto regulamenta o inciso I, do parágrafo 3º, do artigo 37 da Constituição e o artigo 27 da Emenda Constitucional 19/1998.

A reunião da comissão está marcada para as 14h, na sala 13 da Ala Alexandre Costa, do Senado.



Em solidariedade aos indígenas, Sem Terra bloquearam BR no MS
SÍTIO CRESS 21ª REGIÃO MS, 16.12.2014

A BR-262, no trecho que liga o município de Terenos à capital Campo Grande (MS), ficou totalmente paralisada na manhã de ontem (15/12) pelo MST, que trancou a rodovia em solidariedade aos povos Indígenas e em reivindicação a retomada da Reforma Agrária.

De acordo com a direção estadual do Movimento, a questão das terras indígenas no estado precisa ser resolvida antes que mais sangue inocente seja derramado. Os Sem Terra de Mato Grosso do Sul reivindicam que os poderes constituídos tomem providências cabíveis e emergenciais para resolver o conflito.

A ação também demonstra o posicionamento contrário do Movimento em relação à PEC 215, que prevê submeter ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de áreas indígenas, atualmente de responsabilidade do Executivo. A mobilização denunciou, principalmente, a situação que estão vivendo os indígenas de Caarapó, que ocupam a área tekoha Tey'i Jusu, na margem da Reserva Tey'ikue e estão cercados por capangas armados, que acampam ao lado da ocupação.

Recentemente, lideranças indígenas foram alvos de tiros de arma de fogo e uma jovem de 17 anos foi ferida e desapareceu do local. Há denúncias de que seu corpo tenha sido arrastado por uma caminhonete. Segundo Dinho Lopes, da direção estadual do Movimento, o MST não é apenas solidário à luta pelo reconhecimento do território indígena, como irá batalhar lado a lado por justiça social.

"Há anos assistimos o sangue dos indígenas escorrerem nas mãos do latifúndio ou das forças armadas, assim como muito dos nossos que tombaram na luta por terra e justiça social. Tudo isso por omissão dos poderes constituídos, responsáveis por agir concretamente na demarcação e na Reforma Agrária. Por isso estamos realizando essa ação, e realizaremos quantas mais forem necessárias para chamarmos a atenção dos que precisam resolver essa situação alarmante, antes que uma guerra se instaure em nosso estado", afirma.

Lopes também chamou a atenção para a paralisação da Reforma Agrária no estado. "Temos milhares de famílias acampadas, debaixo da lona, enquanto os processos de divisão de terra estão mofando nas gavetas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e dos órgãos responsáveis".

O Sem Terra também destaca para o novo tipo de Reforma Agrária exigido pelo Movimento: a Reforma Agrária Popular. "Não basta apenas dividir a terra, mas tem que dar condições para que as famílias plantem alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e consigam vender sua produção, promovendo assim a auto sustentação por meio da agricultura familiar digna", explicou.



Indígenas: Conquistas estão em risco, alerta Capi

SÍTIO BRASIL 24/7, 16.12.2014

O senador João Capiberibe (PSB-AP) alertou que as conquistas obtidas pelos povos indígenas com a Constituição de 1988 podem retroceder, caso seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição 215, que retira da competência do Poder Executivo os procedimentos de identificação, demarcação e homologação de terras indígenas; Pela proposta, esse procedimento passará a ser atribuição do Congresso Nacional, lamentou João Capiberibe

Ele advertiu que, movido pelos interesses econômicos de muitos de seus integrantes, o Poder Legislativo paralisará qualquer iniciativa de devolver aos indígenas as terras tradicionalmente ocupadas por eles.

— De 1988 a 2014, décadas se passaram e esse processo, de devolução de terras indígenas, continua empacado. Depois, quando não empaca nos procedimentos de identificação, demarcação e homologação, depois que está tudo concluído, uma vez homologado, aí entra a contestação judicial, com mais 10, 15, 20 anos para uma definição final — afirmou.

O senador ainda citou reportagem do jornal O Globo, baseada em informações do Ministério Público Federal, em que os deputados federais Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Nilson Leitão (PSDB-MT) são acusados de invasão de terras indígenas e de arrecadação de dinheiro para elaborar o parecer favorável à aprovação dessa PEC.

João Capiberibe afirmou ainda que a Constituição de 1988 foi a indutora dos avanços obtidos pela sociedade brasileira nos últimos anos.

E isso, na opinião dele, mostra que a melhoria das condições de vida dos brasileiros ocorreu no período democrático, e não em regimes autoritários, como na ditadura militar.

Ele lembrou que, numa ditadura, seria impossível que as pessoas tivessem acesso às informações dos governos em todas as suas esferas. E denúncias, como as envolvendo a Petrobras, jamais teriam se tornado públicas.



Governador entrega equipamentos para produtores rurais e indígenas

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 16.12.2014

As comunidades do Liberdade e Gregório, na região do Juruá e Tarauacá, e as comunidades indígenas do Envira, em Feijó, encerram 2014 com um presente entregue pelo governador Tião Viana nesta terça-feira, 16. Trabalhadores rurais de florestas públicas e indígenas receberam máquinas e implementos agrícolas.

"As comunidades tinham perdido a esperança, e agora estão recebendo investimentos. Só pela Sedens, de mais de R\$ 15 milhões, tivemos também investimentos na produção, na área de educação, saúde e mecanização. A esperança chegou e está sendo compartilhada. Essas entregas chegam a quase 300 famílias, que estão recebendo equipamentos como os que estão aqui – do trator à despoldadeira do açaí. Os barcos vão subir o Envira para atender as comunidades", disse o governador.

A vice-governadora eleita, Nazaré Araújo, ressaltou que a entrega não é apenas de equipamentos, mas que leva alegria e esperança aos povos da floresta. "Esperança no trabalho e dignidade para as pessoas que vivem nas comunidades rurais. As pessoas do Acre são trabalhadoras e acreditam no seu potencial", destacou.

Os beneficiados

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis do Acre (Sedens), Edvaldo Magalhães, a Associação de Moradores da Floresta Pública do Mogno recebeu 227 kits de casas de farinha, 56 kits de roçados e um engenho, que beneficiarão pequenos produtores. A Associação Fortaleza Acreana recebeu 227 kits de casas de farinha, 56 kits roçados e um engenho.

As comunidades São Francisco de Assis e São Vicente foram beneficiadas com a construção de Centro de Comercialização de Produtos das Florestas do Gregório e Liberdade. A Reserva Extrativista do Rio Liberdade foi beneficiada com a construção de 30 tanques, uma ponte e 237 kits de casas de farinha, um kit de roçado e sete equipamentos diversos.

Já nas regiões do Envira e Jurupari, em Feijó, foram entregues cinco geradores, um trator, oito barcos e oito motores.

Mais desenvolvimento para as comunidades

O presidente da Associação São Francisco, Cleomildo Rocha, o "Xuxa", agradeceu o apoio que recebera do governo do Estado, por meio da entrega de equipamentos. "O nosso Liberdade não era visto antes do governo de Tião. No governo de Tião Viana nós fomos vistos, e vencemos com muito trabalho. Agora vamos poder desenvolver nossa produção de farinha produzir com mais qualidade", comentou.



CONT.

As oportunidades recebidas pela política de gestão e valorização das comunidades rurais destacadas pelo presidente "Xuxa" também foram reconhecidas pela trabalhadora rural Maria Renilda Santana da Costa, a "Dona Branca". "Este é um momento de alegria para mim. Agradeço muito ao Tião Viana e ao secretário Edvaldo. Tião Viana deu condição ao produtor rural para trabalhar. Depois que ele abriu o ramal na nossa comunidade, também mandou para lá a construção de 30 tanques de piscicultura", frisou.

O líder indígena da terra Katukina-Kaxinawa, José Augusto, declarou que a atual gestão do Estado abriu espaço para os indígenas. Ele também agradeceu pelos barcos entregues aos povos indígenas do Envira. "Esses barcos vão suprir as necessidades dos índios, que poderão escoar a produção agrícola e transportar pessoas que ficam nas comunidades isoladas e não têm transporte quando precisam vir à cidade receber os benefícios", completou

Durante a solenidade no Liberdade, também foi pago o bônus do Fundo Amazônia, no valor de R\$ 255 mil. O secretário Edvaldo Magalhães aproveitou o encontro para anunciar a retomada das atividades do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) na região.

O que disseram

"Acredito no trabalho do governador Tião Viana. A gente tem que ser grato ao que vem sendo feito aqui no Juruá, e eu sou grato. Mas não vi gratidão do outro lado. Estou aqui para ajudar. Não quero ver o povo sofrer." Mazinho Santiago, vice-prefeito de Cruzeiro do Sul

"Esse é um dia especial. O Tião está trazendo um presente para vocês, e tenham certeza de que todo esse esforço, esses equipamentos que tanto vão ajudar vocês, é dado de coração. A partir do próximo ano, vou estar em um novo desafio. Vou estar muito mais presente nas comunidades. Podem contar comigo." César Messias, vice-governador e deputado federal eleito

"A entrega desses equipamentos é o compromisso de governo que nasceu de políticas públicas, de conversas com as comunidades. Espero que esse apoio do governo melhore ainda mais a vida de vocês." Mêrla Albuquerque, prefeito de Feijó



Ministério Público divulga carta aberta em defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais

SÍTIO OLHAR DIRETO, 16.12.2014

Da Redação - Arthur Santos da Silva

Membros do Ministério Público Federal (MPF) que participaram do XIV Encontro Nacional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) divulgaram, nesta semana, carta aberta em defesa ao direito dos povos à terra. O evento aconteceu entre 3 e 5 de dezembro, em Florianópolis (SC), e reuniu mais de 40 procuradores de todo o país. Questões sobre demarcações de Terras Indígenas são frequentes em Mato Grosso.

Em um caso recente, datado do dia 02 de dezembro, a Justiça Federal em Barra do Garças negou os pedidos feitos pela Agropecuária Rica S/A para anular a portaria e decreto presidencial que definiram os limites e declararam a Terra Indígena Wawi como área de ocupação tradicional dos índios da etnia Suyá.

A carta expressa a preocupação do MPF com a aplicação das condicionantes criadas pelo Supremo Tribunal Federal para o caso Raposa Serra do Sol. Para os membros, cada caso deve ser analisado levando em consideração "a forma como as diversas etnias desenvolvem seus modos de vida, bem como a história que o grupo possui com o seu território, sobretudo as estratégias de sobrevivência física e cultural". Além disso, deve-se considerar nos processos judiciais provas como as tradições orais e a análise antropológica.

Confira a carta:

CARTA DO XIV ENCONTRO NACIONAL DA 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA/SC

Nós, Procuradoras e Procuradores da República abaixo assinados, reunidos no XIV Encontro Nacional da 6ª CCR, promovido nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2014, em Florianópolis, Santa Catarina, com o objetivo de discutir e estabelecer uma atuação coordenada, sem descuidar das peculiaridades dos povos e das demandas de cada local, para o enfrentamento de problemas comuns no tocante aos direitos dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais

EXPRESSAMOS nossa preocupação com a aplicação das condicionantes criadas pelo Supremo Tribunal Federal para o caso Raposa Serra do Sol (Pet 3.388);

ENFATIZAMOS o caráter constitucional da posse de terras indígenas e de povos e comunidades tradicionais;



CONT.

RESSALTAMOS que a compreensão da ocupação tradicional dessas terras não se deve limitar aos parâmetros da sociedade envolvente baseados em meios tradicionais de prova, como a documental;

CONSIDERAMOS imprescindível levar em conta a forma como as diversas etnias desenvolvem seus modos de vida, bem como a história que o grupo possui com o seu território, sobretudo as estratégias de sobrevivência física e cultural para permanecer vinculado a ele mesmo após a ocorrência de esbulho; DESTACAMOS que, nos processos judiciais, deve-se buscar a adequada valoração das formas de organização, das tradições orais e da análise antropológica como meios de prova;

FRISAMOS que a trajetória de muitos grupos étnicos se deu à custa de esbulho, violências e destruturação, fatores que devem ser considerados na análise de processos judiciais que examinam ocupações tradicionais de terras indígenas;

REPUDIAMOS a visão essencialista e estigmatizante dos modos de vida dos povos indígenas, como a adotada na sentença que declarou inexistente a Terra Indígena Maró, em Santarém/PA, negou validade jurídica ao autorreconhecimento e à prova antropológica realizada pela FUNAI, bem como estabeleceu a identidade da comunidade como ribeirinha e não indígena (processo nº 2010.39.02.000249-0 e processo nº 2091-80.2010.4.01.3902);

RECHAÇAMOS a indevida paralisação dos processos administrativos de regularização de terras indígenas e de terras de comunidades e povos quilombolas e tradicionais, levada a efeito pelo governo federal, e exortamos à sua retomada, conferindo-lhes razoável duração, especialmente nas áreas mais conflituosas;

ENTENDEMOS que a constituição de mesas de diálogo não justifica a paralisação de processos administrativos de regularização dessas terras;

CONSTATAMOS a necessidade de que a atuação de Procuradores da República na temática da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão seja pautada por um diálogo livre e permanente com os povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como pela interação com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, devendo os cursos de ingresso e vitaliciamento observar as especificidades desta matéria;

REITERAMOS o compromisso de defesa da saúde indígena e entendemos que a criação do Instituto de Saúde Indígena (instituído sob a natureza de serviço social autônomo – ente do terceiro setor) não está de acordo com a Constituição Federal, uma vez que representa a privatização da prestação desse serviço público, violando o caráter complementar da participação de instituições privadas na saúde;

ENFATIZAMOS a importância da aproximação entre o Ministério Público Federal e os órgãos de controle social da saúde indígena, especialmente por meio do acompanhamento dos Planos Distritais de Saúde Indígena e da garantia do respeito às deliberações dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena;



CONT.

REFORÇAMOS a necessidade de que a Administração Pública garanta liberdade plena na atuação dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, bem como dos Conselhos Locais de Saúde Indígena, com disponibilização adequada de recursos para o exercício de suas atribuições.

ALMIR TEUBL SANCHES
ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
BRUNA PFAFFENZELLER
CARLOS EDUARDO RADDATZ CRUZ
CARMEM ELISA HESSEL
CAROLINA AUGUSTA DA ROCHA ROSADO CINTHIA GABRIELA BORGES
CRISTINA NASCIMENTO DE MELO
DANIEL LUIS DALBERTO
DEBORAH DUPRAT
EDMUNDO ANTÔNIO DIAS
ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
EMERSON KALIF SIQUEIRA
FABIANA KEYLLA SCHNEIDER
FELIPE ALMEIDA BOGADO LEITE
FELIPE AUGUSTO DE BARROS C. PINTO
FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA
FERNANDO MERLOTO SOAVE
GUSTAVO KENNER ALCÂNTARA
JOÃO AKIRA OMOTO
JORGE IRAJÁ LOURO SODRÉ
JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR
LÍVIA NASCIMENTO TINÔCO
LUCAS HORTA DE ALMEIDA
LUCIANO MARIZ MAIA
MARCELO FREIRE LAGE
MÁRCIO BARRA LIMA
MARCO ANTONIO GHANNAGE BARBOSA
MARCUS VINICIUS AGUIAR MACEDO
MARIA BEATRIZ RIBEIRO GONÇALVES
MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS
MARIA LUIZA GRABNERMAURO CICHOWSKI DOS SANTOS
NATÁLIA LOURENÇO SOARES
PAULA CRISTINE BELLOTTI
PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO
REGINALDO PEREIRA TRINDADE
RICARDO GRALHA MASSIA
THAÍS SANTI
WALQUÍRIA IMAMURA PICOLLI
WILSON ROCHA ASSIS



Lava Jato: doleiro é suspeito de extrair ilegalmente diamantes em terras indígenas
SÍTIO RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 16.12.2014

O doleiro Carlos Chater, preso na Operação Lava Jato que investiga corrupção em contratos da Petrobras, também é suspeito de participar da extração ilegal de diamantes nas terras dos índios cinta-larga, entre Mato Grosso e Rondônia, e de movimentar recursos da venda ilegal de gemas no exterior. A Polícia Federal apreendeu na agenda de Chater uma anotação com o nome de Raimundo Cinta Larga e o número de uma conta corrente em Cacoal (RO), onde o indígena mora.

Raimundo é filho do cacique João Bravo Cinta Larga, visto como empreendedor por ter feito uma hidrelétrica de pequeno porte no Rio Roosevelt, por criar gado e peixes para vender. Nos dados extraídos do programa Money, que serve para gerenciar finanças pessoais mas, segundo a PF, também é usado para controle paralelo de contabilidade de empresas, o nome "Raimundinho" aparece como destinatário de oito remessas de dinheiro em 2013, num total de R\$ 21.450,00.

No início da Operação Lava-Jato, a PF colheu indícios de que Chater teria se unido a Francisco Angelo da Silva e Júlio Luís Urnau para atuar na extração ilegal de diamantes, por meio da Cooperativa Extrativista Cinta Larga de Rondônia (Coopecilar). Raimundo Cinta Larga é presidente da Coopecilar. Nas movimentações financeiras de Chater, constam despesas de viagem a Cacoal de uma pessoa identificada como "Júlio". Em março, Urnau foi levado coercitivamente a depor na PF.

A Terra Indígena Roosevelt ocupada pelos índios Cinta Larga abriga a maior jazida de diamantes do planeta. A Constituição Federal não proíbe a extração de minério em Terras Indígenas, mas como não há lei regulamentadora a lavra só pode ser feita de forma ilegal.

O garimpo na terra dos Cinta Larga é crônico. Em 2009, 29 garimpeiros foram assassinados pelos índios a golpes de paus, facões e tiros de espingardas por desavenças na percentagem recebidas pelos índios na lavra de diamantes. Ninguém foi preso.

Editado por Epoch Times



Polícia para ônibus com lideranças indígenas e detém mais dois
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17.12.2014

Um ônibus com indígenas que participaram de ato no Congresso Nacional foi parado pela Polícia Militar (PM), na noite desta terça-feira (16), na BR-040, nas proximidades do posto da Polícia Rodoviária Federal, em Santa Maria, no Distrito Federal.

Segundo a assessoria do Instituto Socioambiental (Isa), que acompanhava os indígenas, cerca de 50 policiais militares pararam o ônibus e outros carros que trafegavam pela via. O advogado do Isa, Maurício Guetta, conta que todos os índios tiveram que descer e foram revistados. Em seguida, segundo Guetta, os policiais prenderam dois indígenas alegando flagrante por tentativa de homicídio.

A Agência Brasil procurou falar com o comandante da operação, mas não conseguiu contato até a publicação desta matéria. A PM confirmou a operação e disse que "dois suspeitos" foram levados para a 5ª Delegacia de Polícia, em Brasília.

Sobre o processo contra os índios, a assessoria da PM informou que ele foi aberto devido ao fato de dois policiais terem sido feridos no confronto que ocorreu mais cedo: um com uma flechada e outro com uma batida na cabeça. Ambos passam bem. Já os indígenas relatam violências tanto no Congresso, onde foram recebidos com spray de pimenta, quanto durante as detenções.

Além dos dois índios detidos na operação, quatro foram presos mais cedo. Um deles foi liberado há pouco, após prestar depoimento. Segundo a assessoria do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que acompanha o caso, o índio guarani foi liberado porque não estava armado. Os demais continuam detidos.

O advogado do ISA critica a operação da PM. "A bancada ruralista já estava sabendo que haveria manifestações hoje e armou todo um cenário para que a votação não ocorresse, mas que houvesse tumulto na frente da Câmara, inclusive impedindo a entrada dos indígenas, que são parte interessada, por serem afetados pela PEC", segundo Guetta.



Indígenas liberam BR-316 em Bom Jardim no Maranhão
SÍTIO GLOBO.COM, 17.12.2014

*Tráfego na BR-316 só foi liberado no início da noite dessa terça-feira (16).
Índios querem barrar a votação da PEC 215.*

O tráfego na BR-316 só foi liberado no início da noite dessa terça-feira (16) após interdição feita por índios Guajajaras de nove aldeias. Foi a terceira vez em 15 dias índios que os índios bloquearam a rodovia, na zona rural de Bom Jardim, no Maranhão. Eles querem barrar a votação da PEC 215.

A proposta de emenda à Constituição é de autoria do deputado Almir Sá (PRB-RR), e atribui ao Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Em todo o país, o movimento indígena é contrário à proposta, que diminui o poder da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre as demarcações. A votação da PEC 215 foi adiada para esta quarta-feira (17) e os índios prometeram interditar a rodovia novamente a partir do meio dia.

Atualmente, a Constituição Federal garante aos indígenas o direito à posse permanente das terras e usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. "A PEC autoriza o ingresso, trânsito e permanência de não índios nas áreas indígenas, inclusive pesquisadores e religiosos, e veda a ampliação de terra indígena já demarcada. Por fim, diz que as comunidades indígenas em estágio avançado de interação com os não-índios poderão se autodeclarar aptas a praticar atividades florestais e agropecuárias, celebrar contratos, inclusive de arrendamento e parceria", diz a Câmara.

MST/MS entrega carta à presidenta Dilma Rousseff sobre a situação indígena no MS SÍTIO AGORA MS, 17.12.2014

O Movimento em MS está realizando várias ações na luta pela Demarcação de Terras Indígenas.



Dilma Rousseff durante encontro com representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso do Sul (MST/MS), articulado com movimentos sociais, sindicais e indígenas do Estado, repassaram aos dirigentes do MST Nacional uma carta relatando a situação dos conflitos de terra referentes à questão indígena em Mato Grosso do Sul.

O documento foi repassado à presidenta Dilma Rousseff na tarde desta segunda-feira (15), quando representantes nacionais do Movimento participaram de uma audiência com ela para apresentar as principais pautas de luta do MST para o novo governo.

De acordo com a dirigente nacional do MST/MS, Marina Ricardo Nunes, a intenção é que a presidenta tome providências emergenciais em relação às ocupações indígenas do Estado, antes que uma guerra se instaure e mais sangue inocente seja derramado. "O sangue dos nossos irmãos indígenas está escorrendo nas terras de seus ancestrais há anos, assassinados por uma guerra que não tem fim, onde os capangas do latifúndio com suas armas de fogo sempre levam vantagem e os poderes constituídos nada fazem para resolver a situação. A maioria dos processos de demarcação estão engavetados e nada se encaminha. Clamamos por justiça e ação", disse.

Marina disse ainda que a carta entregue a Dilma Rousseff denuncia principalmente à situação que estão vivendo os indígenas de Caarapó, que estão ocupando a área tekoha Tey'i Jusu, na margem da Reserva Tey'ikue e estão cercados por capangas armados, que acampam ao lado da ocupação. Recentemente lideranças indígenas foram alvos de tiros de arma de fogo e uma



CONT.

indígena, Julia, de 32 anos, desapareceu do local, a denúncia dos indígenas foi de que seu corpo teria sido arrastado por uma caminhonete.

Além, do relato entregue a presidenta, o MST/MS vem realizando várias ações em prol da Demarcação de Terras Indígenas e pela Reforma Agrária Popular no Estado. Nesta segunda-feira (15), a rodovia BR-262, no trecho que liga o município de Terenos a capital Campo Grande, amanheceu totalmente paralisada, foram cinco horas de protesto e mais de oito quilômetros de congestionamento.

Segundo Dinho Lopes, membro da Direção Estadual do Movimento, que acompanhou a ação em Terenos, o MST/MS não é apenas solidário a luta pelo reconhecimento do território indígena, como irá batalhar lado a lado para que a justiça seja feita. "Há anos assistimos o assassinato de indígenas, assim como muito dos nossos que tombaram na luta por terra e justiça social. Tudo isso por omissão dos poderes constituídos, responsáveis por agir concretamente na Demarcação e na Reforma Agrária, por isso estamos realizando essa ação hoje e realizaremos quantas mais forem necessárias, para chamarmos a atenção dos que precisam resolver essa situação alarmante", afirma.

Nesta quarta-feira (17) lideranças políticas de MS, dos movimentos sociais e sindicais estarão em Brasília, em reunião com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para entregar o mesmo relato e exigir uma ação da União.

Assessoria



Movimento indígena pede à FUNAI providências para apuração de morte de liderança Kadiwéu

SÍTIO AGORA MS, 17.12.2014

Nesta quinta-feira (18), às 10h, um grupo de indígenas da etnia Kadiwéu fará uma mobilização em frente à sede da FUNAI, em Campo Grande. O motivo do movimento é solicitar às autoridades agilidade na apuração da morte do ex-cacique Ademir Matchua, ocorrido na quinta-feira (11), na Aldeia Alves de Barros, município de Porto Murtinho.

Lourival Matchua, que é sobrinho de Ademir e líder indígena (Presidente da Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu – ACIRK), vai solicitar uma audiência com a coordenadora regional da FUNAI, Ana Beatriz Lisboa, com o intuito de solicitar agilidade na apuração da morte do ex-cacique e o envolvimento dos servidores da Coordenação Técnica Local/ FUNAI de Bonito (CTL), Fernando Marques e Ambrósio da Silva. Conforme Lourival, as desavenças entre os servidores da CTL de Bonito e a comunidade ocasionou a morte de Ademir e do indígena Orácio Ferraz. Os servidores envolvidos na morte de Ademir Matchua não compareceram ao trabalho e a CTL de Bonito continua fechada sem atendimento à comunidade indígena.

“Queremos trazer estabilidade e paz para a Reserva Indígena Kadiwéu. Estamos vivendo uma situação de conflito permanente e nossas vidas correm perigo”, diz Lourival. Segundo Lourival, a intervenção da FUNAI, Ministério Público Federal e Polícia Federal na região é essencial para trazer segurança aos índios.

O movimento acontece na quinta-feira (18), às 10h, na sede da FUNAI em Campo Grande, à rua Maracajú, 768.



Protestos de índios impedem discussão e votação da PEC 215

SÍTIO CENÁRIO MT, 17.12.2014

A reunião da comissão especial criada para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que estabelece que o Congresso Nacional deverá decidir sobre a demarcação de terras indígenas, prevista para hoje (16), foi cancelada. Por enquanto, não há nova reunião marcada para votação do relatório sobre a PEC.

A reunião de hoje foi continuidade do encontro de ontem (15) – cancelado quando os membros da comissão tentaram discutir o relatório favorável à PEC, mas foram impedidos por manifestações de índios contrários à aprovação da proposta. Hoje, os índios voltaram ao Congresso e entraram em conflito com a Polícia Militar ao tentarem entrar na Câmara. Quatro policiais ficaram feridos e foi necessária a utilização de gás de pimenta para dispersar a manifestação.

A PEC 215 estabelece, entre outros pontos, que passará ao Congresso Nacional, e não mais ao Executivo, a decisão sobre demarcação de novas terras indígenas. Assim, caberia aos órgãos responsáveis do Poder Executivo, como a Fundação Nacional do Índio (Funai), elaborar estudos prévios sobre as demarcações. Entretanto, o debate e a votação ocorreriam no Congresso Nacional.

Grupos ligados aos direitos indígenas avaliam que isso impediria novas demarcações, porque essas medidas geralmente estão ligadas a conflitos agrários e interesses de produtores rurais defendidos pela bancada ruralista do Congresso.

Hoje, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), admitiu que, se não for possível chegar a um acordo sobre a votação da PEC, a votação do texto poderá ficar para a próxima legislatura, a partir de fevereiro de 2015. Ele também lamentou o que considerou um “radicalismo” entre os envolvidos na questão.



Boletim de Notícias - Edição nº 225/ 2014

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

Nota de repúdio das Mulheres Indígenas do Sul da Bahia contra a PEC/ 215

SÍTIO CEDEFES, 17.12.2014

Nós mulheres indígenas da organização COMISULBA – Comissão de Organização das Mulheres Indígenas do Sul da Bahia, reunidas nos dias 13 a 15 de dezembro de 2014, na Aldeia Caramuru, município de Pau Brasil, no sul da Bahia, cerca de 120 companheiras Tupinambá e Pataxó HãHãHãe em nosso encontro anual de avaliação, queremos manifestar nessa oportunidade nossa indignação e revolta ao governo federal que delega ao congresso votar a PEC/215. Projeto de Lei que significa a morte para nossas populações indígenas. Aprovar a PEC é desrespeitar automaticamente todas as formas organizativas dos povos tradicionais, principalmente o direito a terra a demarcação e sobrevivência das comunidades.

Votar a PEC é rasgar a constituição de 1988 que garante ao governo federal zelar pelas populações indígenas, quilombolas, sem terras e todos os que lutam em defesa da vida.

Queremos dizer NÃO A PEC 215, NÃO AO PROJETO DE MORTE e SIM À VIDA e a sobrevivência dos Povos.

Respeitem os nossos direitos e nos deixe viver, já não chega 514 de massacres?

Aldeia, Caramuru-Paraguaçu, 15 de dezembro de 2014.

Assinam 120 participantes do Encontro.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Haroldo Heleno

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



Denúncia contra a supressão de direitos e as tentativas de acabar com os povos indígenas do Brasil

SÍTIO CIMI, 17.12.2014

Nós lideranças de povos e organizações indígenas de todas as regiões do Brasil, reunidos em Brasília-DF, para manifestar o nosso repúdio ao processo de supressão dos nossos direitos fundamentais, coletivos e originários, operado ostensivamente, por distintas instituições do Estado Brasileiro, notadamente pelo Congresso da República, sob olhar omissivo e conivente do Poder Executivo e setores do Poder Judiciário, viemos junto à opinião pública nacional e internacional denunciar:

1. A truculenta atuação das forças policiais - Legislativa, Polícia Militar (PM) e Força Nacional-, que além de impedir o nosso acesso ao Congresso Nacional considerado a casa do povo, agem contra o estado de direito, o regime democrático, com abuso de autoridade, reprimindo, intimidando, ameaçando e detendo arbitrariamente parentes nossos, como aconteceu na última terça-feira, 16 de dezembro, quando a PM capturou no acesso principal do Ministério da Justiça quatro lideranças e outras duas na BR-040 quando de noite voltávamos ao espaço onde nos alojávamos.
2. A bancada ruralista, na sua maioria herdeiros dos invasores do território hoje chamado Brasil e dos algozes dos nossos povos no período da ditadura, querem de todas as formas suprimir os nossos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, legalizando a usurpação, o esbulho e espoliação que secularmente vem praticando contra as poucas terras que nos restaram nesses 514 anos de invasão.
3. Os ruralistas, muitos deles financiados pelas corporações do agronegócio, frigoríficos, indústria armamentista e empreiteiras, entre outros, a partir de 2011, principalmente, tem feito de tudo para modificar, conforme seus interesses, o texto constitucional que garante os nossos direitos, por meio de iniciativas legislativas como a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215 de 2000, o PL sem número proposto pelo senador Romero Jucá que altera o Artigo 231, parágrafo sexto, a PEC 237 que trata do arrendamento das terras indígenas e o Projeto de Lei Complementar 227, que tem o mesmo propósito do PL do dito senador.
4. O governo da Presidente Dilma, mesmo tendo se declarado contrário à PEC 215, pouco tem feito para conter esta temerosa ofensiva, que no atual momento se configura como um plano genocida, de extermínio dos nossos povos, pois com seu peculiar silêncio mostra concordar que os nossos direitos territoriais sejam suprimidos, apesar de que na "Carta aos Povos Indígenas do Brasil", publicada pela então candidata nas últimas eleições, tenha afirmado trabalhar visando "novos avanços, particularmente na demarcação das terras indígenas, dentro dos marcos da nossa Constituição".

CONT.



5. Declarações dessa natureza se tornam vazias quando o governo se omite de orientar a sua bancada de sustentação para conter os ataques sistemáticos aos direitos indígenas no Congresso Nacional e quando toma a determinação de suspender o processo de demarcação das terras indígenas, pois assim parece concordar com os objetivos dos ruralistas de invadir, explorar e mercantilizar os nossos territórios e suas riquezas, para o qual querem interferir nos processos de demarcação, reabrir processos concluídos e parar totalmente os processos de demarcação.

Jamais a presidente Dilma diria para os povos indígenas o que falou para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), na posse de sua presidente senadora Kátia Abreu: "Quero a CNA ao meu lado... Proponho mais que isso. Quero o produtor rural tomando decisões junto comigo, participando do governo e atuando diretamente na definição de novas políticas". Isso para uma entidade que considera os povos indígenas e quilombolas empecilhos ao "desenvolvimento".

6. Diante deste quadro de ameaças e ataques, reafirmamos a nossa determinação de continuar em luta para defender os nossos direitos, para o qual esperamos contar com o apoio de outros movimentos e organizações sociais e da opinião pública nacional e internacional, exigindo do Estado brasileiro a efetivação das seguintes reivindicações:

- Demarcação de terras indígenas, com dotação orçamentária necessária. Há um passivo de mais de 60% de áreas não demarcadas.
- Proteção, fiscalização e desintrução das terras indígenas, assegurando condições de sustentabilidade aos nossos povos.
- Inviabilizar iniciativas legislativas (PECs, PLs) que buscam suprimir os direitos indígenas assegurados pela Constituição Federal, em favor de uma agenda positiva.
- Aprovação do projeto de lei e efetivação do Conselho Nacional de Política Indigenista, instância deliberativa, normativa e articuladora de políticas e ações atualmente dispersas nos distintos órgãos de governo.
- Aplicação da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em todos os assuntos de nosso interesse.
- Implementação efetiva do Subsistema de Saúde Indígena, através do fortalecimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) para superar o atual quadro de caos e abandono.
- Garantia de acesso à educação de qualidade, específica e diferenciada, nas aldeias, na terra indígena ou próxima a ela.
- Garantir a participação de indígenas no Conselho Nacional de Incentivo à Cultura e a criação de instância específica para atender as demandas das nossas culturas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 225/ 2014

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

· Compromisso com o fim da criminalização, o assassinato e a prisão arbitrária de lideranças indígenas que lutam pela defesa dos direitos territoriais de seus povos. Nesse sentido exigimos a imediata soltura das nossas lideranças que foram presas, no dia de ontem, apenas por se manifestarem contra a inconstitucional PEC 215.

Mobilização Indígena Nacional

Brasília – DF, 17 de dezembro de 2014.



"MANIFESTO AOS QUILOMBOLAS E AOS POVOS, NEGRO E ORIGINÁRIO"

SÍTIO CAMINHO POLÍTICO, 17.12.2014

No apagar das luzes da agenda e pauta do STF e do próprio Congresso Nacional, aproximando as ditas Festas de final de ano, recebemos a notícia de que foi no dia 03/12 será , às 14h em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, STF, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI, 3239, proposta pelo partido dos Democratas, contra o Decreto Federal 4887/2003 e da votação do parecer da Comissão Especial da PEC 215, ou seja, trata-se de uma política de terra arrasada para Quilombolas , Indígenas , Negros(as), de massacre Neocolonial e Racista aos Povos.

O Decreto Federal 4.887 de 20 de novembro 2003, regulamentou o processo de titulação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos criando mecanismos necessários ao processo de identificação e posterior titulação do território das comunidades, encontrou no partido dos Democratas (um dos últimos resquícios da sustentação parlamentar da ditadura militar) ferrenha oposição até o ajuizamento de Ação junto ao STF alegando inconstitucionalidade do decreto.

A Proposta de Emenda Constitucional 215/2000, pela qual os parlamentares querem ter exclusividade na demarcação de terras indígenas, de quilombolas e de unidades de conservação ambiental, retirando esta competência do Executivo.

O que une as ações dos ruralistas escravocratas , bem como, o Racismo Institucional dos sucessivos Governos é o desejo de extermínio dos povos e comunidades tradicionais ao retirá-lhes os seus territórios fundamentais para a reprodução de suas vidas e dos seus modos de viver, seus costumes e tradições, seus saberes e sabores.

Exigimos que os ministros do STF julguem a ADI 3239/2004 a partir dos direitos fundamentais da pessoa humana e não se enredem em questões minúsculas de formalidades jurídicas que na verdade reforçam o recrudescimento do Racismo e Genocídio dos Povos. Está em jogo o direito de populações que historicamente foram discriminadas, massacradas, jogadas à margem da sociedade. É mais que necessário que se respeite os direitos tão duramente conquistados. Igualmente esperamos que a PEC 215/2000 seja definitivamente sepultada e o Estado respeite os direitos dos povos originários e comunidades quilombolas e que caminhemos para o reconhecimento dos Direitos da Mãe Natureza.

Convocamos a uma mobilização nacional, com bloqueios de Estrada e vias Públicas no dia 03/12 a partir das 12h, nas cidades e no Campo.

Por nossos(as) filhos(as) e netos(as) , por nossos(as) ancestrais.

Pelo indeferimento da ADI 3239/2004 do DEM

Pelo arquivamento da PEC 215/2000

FRENTE QUILOMBOLA/RS – MOQUIBOM- ANQ- CIMI- CPT



Boletim de Notícias - Edição nº 225/ 2014

Brasília, 17 de dezembro de 2014.

Helicóptero resgata mãe e filho em aldeia indígena

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 17.12.2014

Mais um resgate foi realizado pela equipe do Harpia 01 em parceria com o Samu, na manhã dessa terça-feira, 16. Sob o comando do capitão Samir Freitas, o helicóptero pousou no pátio do 7º BEC, por volta de 12h30, vindo da comunidade indígena Icuriã, localizada em Assis Brasil.

A adolescente de 15 anos sofria de pré-eclâmpsia, doença que eleva a pressão arterial de grávidas, e iniciou o trabalho de parto na última madrugada. O bebê nasceu com o intestino para fora do abdômen, uma deformidade congênita que representa risco de morte e precisava imediatamente passar por procedimentos cirúrgicos e cuidados médicos.

O acesso à comunidade é realizado por meio de barco e leva aproximadamente seis dias para chegar a Rio Branco, já de helicóptero dura cerca de uma hora. A agilidade do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer) foi primordial para garantir a sobrevivência das vítimas.

“Essa é uma ação importantíssima, um serviço rápido e seguro que ajuda a salvar vidas. Em alguns casos, mais alguns minutos as vítimas poderiam ter morrido”, destaca o coordenador do Ciopaer, major Negreiros.

Da Agência de Notícias do Acre